SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/07/2015 - Telesíntese

Cade investiga Positivo por formação de Cartel

Autarquia quer descobrir se houve irregularidades na compra de desktops, notebooks e tablets, entre outros equipamentos, em licitações estaduais.

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou, nesta quinta-feira, 23, processo administrativo para apurar supostas condutas anticompetitivas em licitações para aquisição de equipamentos e materiais de informática. Entre os equipamentos estão desktops, notebooks, tablets, lousas interativas e projetores.

Estão sendo investigadas as empresas Caleb G. Kieling & Cia. Ltda., Enge Áudio Comércio e Sonorização Ltda. ME, I 9 Soluções em Tecnologia e Informática Ltda. ME, Líder Suprimentos para Informática Ltda., MS Equipamentos e Assistência Técnica Ltda., Multicomp Informática Ltda., Positivo Informática S/A, Proxyline Informática Ltda., S&V Equipamentos para Escritório Ltda., Somaq Assistência e Equipamentos Ltda., além de 18 pessoas físicas.

A investigação teve início a partir de documentos remetidos ao Cade em junho de 2014, referentes à "Operação Licitação Mapeada", conduzida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina. A Superintendência apurou indícios de que a política nacional de vendas da Positivo Informática poderia gerar efeitos anticompetitivos, especialmente em licitações para aquisição de equipamentos e materiais de informática.

A ação incluiria uma divisão geográfica de mercado associada a um mapeamento e reserva de oportunidades, por meio da qual a Positivo concederia uma autorização para determinado revendedor participar de uma licitação e impediria que aqueles não autorizados estivessem em concorrências reservadas para outros revendedores.

Os que não cumprissem este tipo de acordo tinham recusado o fornecimento de produtos, entre outras punições. Como a Positivo participava diretamente de licitações – concorrendo, portanto, com seus revendedores –, há indícios de que tal política criaria dificuldades a concorrentes ou conluios entre eles.

A Positivo ainda teria centralizado e repassado informações comerciais sensíveis entre revendedores, influenciando a adoção de condutas uniformes entre concorrentes. Alguns deles, que supostamente exigiriam proteção ao revendedor mapeado para determinada licitação, também são investigados, como a S&V, revendedora da Positivo em Santa Catarina.

A Positivo informa que analisa as acusações. "A Positivo Informática tomou conhecimento do processo na data de hoje e está se inteirando dos fatos. A empresa irá se manifestar oportunamente no processo em questão", diz a companhia, em nota à imprensa.

Santa Catarina e Rio Grande do Sul

A Superintendência-Geral do Cade também encontrou indícios "robustos" de cartel em licitações destinadas à aquisição de equipamentos e materiais de informática nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Previamente às concorrências, as empresas S&V, revendedora da Positivo na região, e MS fechariam acordo com as firmas Líder, Proxyline, Somaq e Caleb Ltda.

As empresas combinavam quem cederia, quem participaria das licitações ou quem daria cobertura àquela previamente designada para vencer o certame. O objetivo era falsear e restringir a livre concorrência e simular uma competição que de fato não existia entre elas.

Com a instauração do processo administrativo, os acusados serão notificados para apresentar defesa. Ao final da instrução processual, a Superintendência-Geral opinará pela condenação ou arquivamento e remeterá o caso para julgamento pelo Tribunal Administrativo do Cade, responsável pela decisão final. Esta é a segunda grande investigação do órgão no setor anunciada em menos de um mês.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/07/2015 - Telesíntese

Telecom itália vai cortar 1,7 mil empregos. Lá.

O corte representa 3% da força de trabalho da operadora, que irá adiar também a contratação de mão-de-obra mais jovem, programa que pretendia empregar quatro mil jovens.

A Telecom Itália, controladora da TIM Brasil, informou hoje, 22, que irá eliminar 1,7 mil empregos, o que representa 3% de sua força de trabalho, e vai adiar a contratação dos jovens, programa que pretendia empregar quatro mil jovens italianos.

A redução se dará prioritariamente em seu call center e em área de apoio aos negócios. Atualmente a empresa tem 50 mil empregados. A operadora, em nota, afirmou que pretende negociar com os sindicatos alternativas que combinem "garantia de emprego com sustentabilidade nos custos da mão de obra".

23/07/2015 - Telesíntese

Telefonia fixa perde 464,7 mil linhas em junho

As concessionárias encerraram o mês com 26,44 milhões de linhas ativas. As autorizadas, que atuam sob regime privado, fecharam com 17,96 milhões.

O Brasil encerrou junho com 44,4 milhões de linhas de telefonia fixa. O número mostra um desligamento de 464.704 linhas, diminuição de 1% em relação a maio. É o quinto mês seguido de encolhimento da base. A densidade do serviço – número de acessos por grupo de cem habitantes – ficou em 21,73. As concessionárias concentravam 59,55% dos acessos, e encerraram o mês com 26,44 milhões de linhas. As autorizadas, que atuam sob regime privado, encerraram o mês com 17,96 milhões de linhas ativas.

A Oi continua a ser a maior concessionária, com 15,6 milhões de usuários, mas registrou encolhimento de 0,76% na base. A segunda maior concessão, da Telefônica, registrou diminuição de 0,26%, para 9,92 milhões de linhas.

Entre as empresas autorizadas, a Net mantém a liderança, com 11,44 milhões de clientes. Registrou, porém, diminuição de 2,97% na base. O mercado das autorizadas encolheu 1,75%, enquanto o das concessionárias, 1%.

Os números, divulgados hoje, 23, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), mostram crescimento do telefone popular na ordem de 1,3%, alcançando 173,9 mil unidades. A quantidade de orelhões cresceu, embora pouco: 0,03%, para 865,3 mil unidades. Também houve um aumento na quantidade já pequena de orelhões adaptados instalados, que passaram de 26,1 mil unidades para 26,15 mil.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/07/2015 - Telesíntese

Governo arrecada R$ 8,77 bilhões com Fistel em 2014

Em 2013, a arrecadação desta taxa de fiscalização das telecomunicações somou R$ 4,91 bilhões, porque não houve licitação de frequência , cujo dinheiro também vai para este fundo.

A Anatel publicou hoje, 22, balanço sobre a arrecadação do Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) de 2014. E o fundo arrecadou R$ 8,772 bilhões 78% a mais do que o arrecadado em 2013, no valor de R$ 4,913 bilhões. Segundo a agência, esta diferença se deve pelas duas licitações realizadas pela agência em 2014. A licitação relativa ao direito de exploração de satélites – 4 (quatro) posições orbitais arrecadou R$ 153,15 milhões. Já a licitação da frequência de 700 MHz, realizada em setembro atingiu o valor total de R$5,8 bilhões. Deste valor, em 2014 já foram arrecada dos R$ 5,08 bilhões.

O pagamento pelas taxas de instalação e de fiscalização foram de R$ 2,880 bilhões em 2014 e de R$ 2,895 bilhões em 2013. Estas taxas escaparam hoje do reajuste generalizado promovido pelo governo. Conforme a Anatel, os recursos do Fistel são aplicados pelo Siafi,diariamente, na Conta Única do Tesouro Nacional e remunerados, a cada dez dias, por taxa estabelecida pelo Ministério da Fazenda e por isto há ainda na conta do fundo recursos de aplicações financeiras e outras receitas, que contribuem para o valor total da arrecadação.

24/07/2015 - Instituto Telecom

Oi aguarda autorização da Anatel para incorporar a Telemar

O Conselho de Administração da Oi aprovou a convocação da assembleia para deliberar a incorporação da Telemar (TmarPart), promovendo a simplificação societária para enfim prosseguir com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e ingressar nas normas de Novo Mercado da BM&FBovespa. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na noite da quarta-feira, 22, a companhia esclarece, no entanto, que a assembleia só poderá acontecer uma vez que a Anatel conceda a anuência prévia para a movimentação – assim que isso acontecer, a empresa promete convocar a reunião imediatamente.

A assembleia também deverá definir o novo estatuto social da Oi, refletindo as regras do Novo Mercado; a eleição do novo Conselho de Administração com mandato para até 2018; e a abertura do prazo para conversão voluntária de ações preferenciais da Oi em ações ordinárias (com relação de troca 0,9211 para cada ação preferencial).

O acervo líquido da Telemar, avaliado em R$ 122.411.986,41 (com data-base de 31 de dezembro de 2014), será incorporado ao patrimônio da Oi. Da mesma forma, serão transferidos os ágios decorrentes das participações na Bratel Brasil, AG Telecom e TmarPart. Assim, os acionistas da Telemar receberão ações de emissões da Oi em igual quantidade às detidas pela TmarPart e pela subsidiária integral Valverde Participações.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/07/2015 - Carta Maior

Mais Médicos: 'O primeiro contato de muitos indígenas com um médico foi com um cubano'

Programa levou mais de 300 profissionais para áreas indígenas; estrutura e falta de conhecimento da cultura indígena são os principais obstáculos

Áreas remotas e de difícil acesso. Essa é uma realidade comum para comunidades indígenas em todo o país. Na prática, essa condição resulta em dificuldades para o acesso a serviços públicos fundamentais, como o direito à saúde. Desde 2013, quando os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) foram definidos como áreas prioritárias para recebimento de profissionais do Mais Médicos, essa realidade está mudando.

Na linha de frente deste trabalho: os médicos cubanos. Eles representam quase 11,5 mil dos mais de 18 mil profissionais do programa e atendem, sobretudo, áreas historicamente desassistidas. "Na Amazônia, havia lugares em que não existia médico. Muitas vezes, eu chego em lugares e os pacientes me perguntam: 'O senhor é cubano?' E eu respondo: 'Não eu sou brasileiro'. E a resposta, na maioria das vezes é: 'Eu não sabia que existiam médicos brasileiros que atendiam a gente [índios]'", relata Rafael Sacramento, coordenador do Mais Médicos na região do médio Rio Solimões.

De acordo com a Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, os Dsei receberam 307 profissionais desde outubro de 2013. Os 34 distritos espalhados pelo Brasil contam agora com 513 médicos e um novo edital garantirá mais 35 a partir deste mês, informou o órgão.

Entre as dificuldades enfrentadas pela população desses territórios, estava a manutenção dos profissionais no local por causa de problemas logísticos. Hoje, eles se revezam e ficam de 15 a 20 dias em áreas indígenas e passam o restante do mês em cidades mais próximas.

Tem Mais Médicos no Oiapoque

A 590 quilômetros de Macapá (AP), indíos Palikur da aldeia Kumenê, no Oiapoque, estão retomando os saberes da medicina tradicional com a ajuda do médico cubano Javier Lopez Salazar.

Ele buscou os professores da escola local para fazer uma campanha de conscientização sobre a importância da medicina tradicional, ao mesmo tempo em que resgatava esses saberes com a população mais velha da aldeia.

"Esta é uma aldeia evangélica há mais de trinta anos, e muitas vertentes da sua cultura foram mudadas. Eles deixaram de acreditar em plantas medicinais, até a minha chegada aqui. Pouco a pouco, com a equipe de saúde, fomos convencendo as pessoas", apontou.

A iniciativa foi apoiada pelo cacique Azarias Ioio Iaparrá. "Eu disse para o médico que nós tínhamos esse conhecimento, do remédio caseiro. Ele então reuniu as comunidades, chamou os idosos, todos nós conversamos. E hoje em dia ele fez a comunidade ver a importância disso, a horta está lá, tão bonita. Ele veio e mostrou o conhecimento dele", explicou.

Luis Otávio Sarges, chefe da Casa de Saúde Indígena do Oiapoque, explicou os avanços na qualidade de vida que o programa, com três médicos cubanos, trouxe para a comunidade Oiapoque.

"O médico cubano vem para fazer o serviço de atenção básica. Eu não preciso mais levar esse indígena para Oiapoque para fazer esse serviço. Quando os indígenas são encaminhados por eles para as cidades, em 90% dos casos já se trata de atendimento de média e alta complexidade, porque a base já foi feita aqui. E isso é um enorme diferencial de qualidade de vida e saúde para as populações", avaliou.

Problemas de estrutura

No início do programa, uma das preocupações dos profissionais era com a estrutura que seria disponibilizada. Halana Farias, coordenadora do programa na calha do Rio Madeira, acredita que a situação tem melhorado.

"Eles [os cubanos] têm esse perfil de entendimento do seu papel social e isso possibilita que algumas coisas comecem a funcionar de forma um pouco mais estruturada, por exemplo, a chegada de medicamentos, a melhoria da estrutura de alguns polos bases, a garantia de combustível para o transporte. Eu vejo essa relação como muito promissora", avaliou.

Entre as dificuldades, Rafael Sacramento chama atenção para o sistema de licitação, que muitas vezes não leva em conta problemas que são pontuais daquela região, como as cheias dos rios e problemas com transporte.

"Às vezes, a empresa que ganha a licitação é do Rio Grande do Sul ou interior de São Paulo e, quando ela percebe os custos e as dificuldades do transporte, ela rescinde o contrato ou simplesmente não cumpre. Existe também um problema logístico, porque tem a época de chuvas, quando o rio está cheio, e a navegabilidade é muito alta, mas quando o rio está baixo os barcos maiores não passam. Você só consegue fazer obras durante quatro meses do ano. Na questão da estrutura, muitas vezes, a coisa não melhorou por incompetência política; outras vezes, porque as empresas não cumprem os contratos", opina.

Desafios da saúde indígena

Além dos desafios estruturais, os profissionais ainda têm de enfrentar as dificuldades específicas dos cuidados com os indígenas. Para ajudar a enfrentá-los, o programa disponibiliza para os profissionais um curso de pós-graduação à distância pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), voltado na área de saúde indígena, que discute temas como antropologia.

"Quando você vai ver uma dia de atendimento médico nessas aldeias, cai por terra toda aquela ideia de estrutura necessária para o atendimento. Muitas vezes, ele acontece do jeito que dá, em uma escola, em um local onde a comunidade se encontra", aponta Halana.

Rafael alerta para a hipermedicalização da população indígena. Para ele a solução passa pela ressignificação do papel do profissional de saúde, retirando-o do protagonismo no processo de saúde e aumentando a independência que as tribos têm dos profissionais. Para ele, o médico não é mais o dono do conhecimento, mas um catalizador que tira da "situação de doença" e leva para a "situação de saúde".

"Você tem populações com 300 anos de contato conosco, que já entendem a relação com o médico, e populações que têm um contato mais recente, com uma outra relação com medicamentos. Como você vai receitar alguma coisa pra um índio que conta até cinco e não conjuga verbo no futuro? Como você vai explicar pra ele um tratamento de seis meses? Isso é muito complicado e a gente acaba tendo que fazer de caso a caso. Outro foco importante é a manutenção de saúde com intervenção mínima, a presença constante do profissional não é necessariamente positiva. Você faz o seu trabalho e permite que a comunidade se mantenha saudável independente da sua presença", conclui.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/07/2015 - Carta Maior

Aviso aos que atacam o SUS: ser mordido de cobra nos EUA pode custar US$ 153 mil

No Brasil, não custaria nada, porque o país trata o ofidismo, há mais de um século, como um problema de saúde pública.

Quando li, achei que era destas "histórias da internet". Mas saiu no insuspeito Washington Post:

O americano Todd Fassler foi mordido por uma cascavel em San Diego, Califórnia.

Não seria notícia, porque há entre sete e oito mil ataques de cobras peçonhentas nos Estados Unidos todo ano. Aqui, em 2010, o número chegava, em 2010, a 30 mil vítimas.

Mas virou, quando uma emissora local noticiou quanto isso custou a Fassler em custo de hospital e de soro antiofídico: US$ 153.161,25, ou R$ 483 mil, na cotação de ontem.

Como diz o título da reportagem do Post, "Esta mordida de cascavel de $ 153,000 é tudo de errado com os serviços de saúde (norte) americanos"

Aqui, é claro, não custaria nada, porque o Brasil trata o ofidismo, há mais de um século, como um problema de saúde pública. E construiu, com esforço, uma rede de produção e distribuição de soros – pelos quais cobraram US$ 83 mil ao americano – que dão o sentido de heroísmo ao trabalho de gente como Vital Brazil, o grande marco nesta história, com um esforço que ele próprio descreve, na virada do século 19, quando comprovou a necessidade de soros específicos para cada espécie de serpente, desbancando o conhecimento europeu que produzia soros de baixa efetividade.

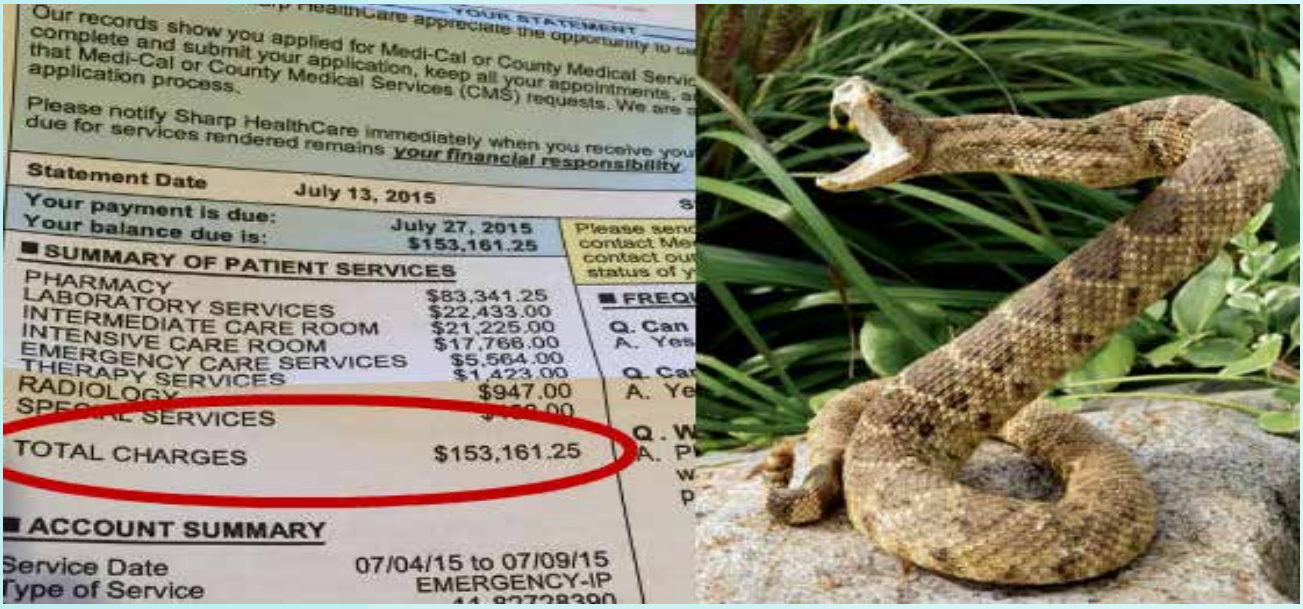
"Não dispondo o Instituto de verba para a aquisição de serpentes, tive eu mesmo de assumir o encargo. Em pequeno terreno adquirido próximo a minha residência, mandei construir meu primeiro serpentário, bastante imperfeito, o qual serviu-me de orientação quando mais tarde tive que construir outros em Butantan. Nesse período trabalhei intensamente na aquisição de serpentes e na propaganda entre agricultores amigos, dos meios de captura e transporte dos ofídios, distribuído-lhes laços e caixas".

A saúde pública no Brasil ainda bem, sempre contou com gente abnegada como ele.

Quem enche a boca para ver só os defeitos no Sistema Único de Saúde do Brasil deve tomar cuidado para não morder a língua, um dia destes.

Pode ser pior que o veneno da cascavel.

Pode ser sua própria vida.



SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/07/2015 - Carta Maior

Reinventando a história: o mito da estabilidade no governo FHC

Os números desagradáveis aqui expostos contam uma história bem diferente da inventada 'estabilidade monetária e financeira'.

Efeméride convocada no Senado na semana passada comemorou o aniversário do Plano Real. Um importante plano que debelou a hiperinflação, mas que abriu também caminho para implantação plena às chamadas políticas neoliberais de abertura e desregulamentação. Entretanto, o Plano não trouxe estabilidade monetária e financeira para o país, como muitas vezes se divulga. O Plano trouxe, juntamente com as políticas neoliberais, elevados custos relativos à estagnação econômica, bem como os relativos ao endividamento público.

Na homenagem do Senado os oradores tentaram sucessivamente vincular o sucesso do Real ao próprio governo FHC e suas políticas neoliberais. Nessa tentativa, os oito anos de FHC, no pós-Real foi "reinventado" como um período de estabilidade monetária e financeira para o país.

Vejamos como o exame das variáveis de taxa de inflação, taxa cambial e taxa de juros mostram como os governos FHC não trouxeram nenhuma estabilidade à economia, nem mesmo a monetária.

Restabelecendo a história: a continuidade da instabilidade monetária pós-Real

Comecemos pela suposta estabilidade monetária. O que se alega é que o Plano Real, além de eliminar a hiperinflação, criou uma moeda de valor estável, o que já se revelou nos oito anos dos governos FHC.

Primeiro vejamos como o Plano Real funcionou. A ideia do Plano na verdade nada teve de original: depois de alinhar os preços com a URV (unidade referencial de valor, essa sim uma boa ideia), apenas atrelou a nova moeda, o real, ao dólar, praticamente ao par (um por um). Com isso houve uma súbita valorização da nova moeda, tornando os bens importados ainda mais baratos.

O custo da manobra, no entanto, foi a imediata supervalorização da moeda, acompanhada por uma elevação das taxa de juros a níveis estratosféricos (na virada de 1994/95 chegou a 60% ao ano) para atrair dólares.

No entanto, a taxa de inflação pós-real se manteve longe da estabilidade. Em 1995, a taxa foi de 22%, e continuou variando 9% ao ano, em média, até 2002. No primeiro governo, a inflação já tinha acumulado 43%. Somando os dois governos, o acumulado chegou a 100%. E pior, ao acabar o período, em 2002, a taxa tinha voltado a uma inflação de dois dígitos, marcando 12,5% e subindo. Só para comparar, o acumulado de oito anos de Lula foi de 56% e os quatro de Dilma chegaram a 27%.

Essas elevadas taxas de inflação prejudicaram a estabilidade cambial, desafiando até a incrível taxa de juros real adotada, que terminou gerando apenas riqueza financeira para os mais riscos e reduzindo o investimento produtivo.

Restabelecendo a história: instabilidade e colapso cambial

Analisemos agora o comportamento da taxa de câmbio. Ela afeta ao mesmo tempo a moeda, o crédito e o nível de atividade econômica. E, nas economias periféricas, é uma variável que é capaz de levar um país à bancarrota.

Com o real atrelado ao dólar, a taxa cambial iniciou 1995 em R$ 0,84 o dólar, uma taxa muito valorizada, como já vimos, para deter a hiperinflação.

Leia mais em:

http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Reinventando-a-historia-o-mito-da-estabilidade-no-governo--FHC/7/34062

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/07/2015 - Vermelho

Combate à corrupção: Desde 2003, mais de 5 mil servidores expulsos

Apesar da campanha da grande mídia para fazer parecer que o governo de PT e aliados são a gestão da impunidade, a realidade revela exatamente o contrário.

Somente no primeiro semestre de 2015, o Poder Executivo Federal, ou seja, o governo da presidenta Dilma Rousseff expulsou 266 agentes públicos, sendo que 59% destes foram por casos relacionados à corrupção. A informação está contida no relatório de punições expulsivas, divulgado mensalmente pela Controladoria-Geral da União (CGU).

De acordo com o levantamento, em 2015 foram registradas 227 demissões de servidores efetivos, 16 destituições de ocupantes de cargos em comissão e 23 cassações de aposentadorias. Em junho foi aplicado o maior número de penalidades, com total de 81 expulsões.

Os dados não incluem os empregados de empresas estatais, como a Caixa Econômica, os Correios, a Petrobras, entre outras.

Dependendo do tipo de infração, o servidor punido não pode ocupar cargo público pelo prazo de cinco anos ou fica impedido de retornar ao serviço público nos casos mais graves. Também fica inelegível por oito anos, nos termos da Lei da Ficha Limpa.

Historicamente, o Ministério da Previdência Social é o líder nas expulsões, com 1.386 entre 2003 e 2015. Esse número corresponde a 3,1% da média de servidores ativos da pasta.

Cumprindo uma das promessas de campanha e atendendo as demandas do país, a presidenta Dilma Rousseff lançou, no começo do ano, um pacote de leis Anticorrupção que foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Dilma tem reafirmado o compromisso pessoal e de seu governo em dar continuidade ao combate ao crime e salienta que, diferentemente de outros períodos, "o Brasil não varre mais a corrupção para debaixo do tapete".

“Combater energicamente a corrupção significa democratizar o poder. Ela rouba o poder legítimo de povo, a corrupção ofende e humilha os trabalhadores”, disse a presidenta na ocasião do lançamento.